

O Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - *campus* Paranavaí: a marca feminina na docência

The Social Service Course at the State University of Paraná (Unespar) - Paranavaí *campus*: female marks in teaching

Leonardo Carvalho de Souza*
Thaís Gaspar Mendes da Silva**
Maria Inez Barboza Marques***

Resumo: O texto apresenta a construção histórica do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) - *campus* de Paranavaí, e a prevalência do gênero feminino na docência nesse âmbito. Também discute a marca feminina na profissão desde a sua gênese e os reflexos na docência. Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de revisão bibliográfica, com a utilização da estratégia documental. Os resultados evidenciam a necessidade de um processo de formação profissional que considere não só as variáveis de classe, mas também de gênero (e raça/etnia) como fundamentais, não somente como discussões acessórias que não têm centralidade no processo de formação e constituição da categoria profissional.

Palavras-chave: Universidade Estadual do Paraná; Serviço Social; docência em Serviço Social; marca feminina na profissão.

Abstract: The text presents the historical construction of the Social Service Course at the State University of Paraná (Unespar) - Paranavaí *campus*, and the prevalence of women in teaching in this field. It also discusses the feminine impact on the profession since its inception and its effects on teaching. This is

*Doutorando em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - campus de Franca. Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD/UNESPAR (2019). Bacharel em Serviço Social. Docente do curso de Serviço Social da Unespar/campus de Paranavaí/PR e no Instituto Federal do Paraná - Campus de Ivaiporã. E-mail: leonardo.souza@ies.unespar.edu.br

**Doutora em Serviço Social pela UNESP - Universidade Estadual Paulista (2020). Mestre em Serviço Social e Política Social pela UEL - Universidade Estadual de Londrina (2012). Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo (2004). Professora adjunta do Colegiado de Serviço Social da Unespar - Universidade Estadual do Paraná, campus de Paranavaí e Diretora de Pesquisa/PRPPG da Unespar. E-mail: thais.silva@unespar.edu.br

***Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP) Assistente Social. Docente Adjunta no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus Paranavaí/PR. Docente colaboradora do Programa de Pós-graduação stricto sensu Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPSed- UNESPAR. E-mail: maria.marques@unespar.edu.br



research carried out through a bibliographic review, using the documentary strategy. The results highlight the need for a professional training process that considers not only class variables, but also gender (and race/ethnicity) as fundamental, not just as accessory discussions that have no centrality in the process of formation and constitution of the professional category.

Keywords: State University of Paraná. Social Work Course. Teaching in Social Work. Female brand in the profession.

Recebido em: 24/10/2023. Aceito em: 20/12/2023.

INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de uma pesquisa realizada pelas autoras e autor acerca do histórico do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Paranavaí-PR, com ênfase na marca feminina prevalente na docência desde a sua gênese. Constitui-se em uma nova versão aprimorada de publicação em anais de evento científico, em 2022. E se utiliza de fragmentos de tese de doutorado de uma das autoras.

Cabe esclarecer, de antemão, que as instituições preservam em suas bases a cultura herdada do sistema capitalista, as quais têm sua construção histórica marcada pela contradição capital/trabalho no contexto da sociedade patriarcal que designa uma formação social e que reconhece o poder dos homens como hegemônico, se tornando um espaço de disputa cotidiana pelo reconhecimento da necessária igualdade entre homens e mulheres. Nesse sentido, os desafios no âmbito do Serviço Social e do trabalho docente na área, no seu conjunto e articulado aos projetos coletivos mais amplos, podem reforçar ou não as diferenças de classe, gênero e raça/etnia.

Sobre a gênese do Serviço Social, Martinelli (2010) considera que a marca profunda da profissão é a sua vinculação com o capitalismo, que se apresenta com um conjunto de variáveis implícitas a ele – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nessa relação causal que ele foi engendrado e desenvolvido. A profissão é, portanto, influenciada pelo conjunto de variáveis mencionadas por Martinelli (2010). Uma dessas variáveis é a predominância, em seu processo histórico, de mulheres na profissão.

Com relação ao movimento histórico da profissão, Iamamoto e Carvalho (2014) esclarecem que o Serviço Social, em seus primórdios, estabeleceu uma interlocução significativa com o pensamento social católico e, concomitantemente, com o pensamento conservador europeu. Além disso, sofreu fortes influências das concepções estrutural-funcionalistas advindas das ciências sociais e humanas norte-americanas, tendo, ainda, incorporações de rudimentos da psicanálise. A partir disso, utilizava-se das intervenções de caso, grupo e comunidade para reproduzir uma atuação de contenção das camadas populares e direcionada à adequação dos sujeitos aos ditames da sociabilidade do capital.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), apesar de o capitalismo imprimir sua marca na profissão, a qual nasceu no contexto do Estado e de seus interesses subjacentes de controle social, o Serviço Social “[...] surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica”. Portanto, a estrutura montada

a fim de ampliar e consolidar a acumulação capitalista monopolista, as contribuições do Estado nesse processo e a luta de classes em contextos de urbanização, industrialização e desigualdades estruturais precisam ser consideradas para compreensão da necessidade histórica da profissão e seu desenvolvimento (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 135).

A mobilização do movimento laico obedece, pois, ao objetivo de definir as relações entre dois grupos: a Igreja e o Estado; a partir de um modelo que seja favorável ao primeiro. Isto é, que lhe garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho do Estado, as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social. A ação política é conduzida por dois eixos principais: a mobilização do eleitorado católico e o apostolado social (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A autora e o autor ponderam que, mesmo havendo uma separação formal entre Igreja e Estado, a Constituição de 1934 representou um estreitamento entre seus laços, pois deixou explícita a religião católica como religião oficial (Iamamoto; Carvalho, 2014). Por certo, o Serviço Social, tendo sido criado nessa conjuntura como resultado da ação católica, não estaria isento dessa marca. Entretanto, há também a marca feminina inerente ao seu histórico, o que exige as análises das relações de gênero que permeiam esse processo.

Cisne (2012) explica que são fundamentais as análises das relações sociais de gênero para o Serviço Social, levando em conta tanto a história da marca feminina da profissão quanto seu caráter próprio de trabalho inserido no contexto das relações sociais, das quais o gênero compõe uma das suas dimensões fundamentais.

No mesmo sentido, Lima (2014) reflete que, entre as características do Serviço Social, encontra-se o fato de ser uma profissão constituída de mulheres e para as mulheres: “[...] a história do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido construída por mulheres. Vários estudos mostram a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social” (Lima, 2014, p. 46).

Iamamoto (2007) explica que o Serviço Social tem seu contingente de profissionais proveniente dos segmentos médios pauperizados, e que existe um nítido recorte de gênero nessa configuração: “[...] uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres” (Iamamoto, 2007, p. 104). A autora deixa claro que é possível reconhecer o contingente masculino, com representação minoritária no país, mas que a condição feminina é um dos selos da identidade da profissão. Assim, “[...] com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto a discriminação a ela imposta no mercado de trabalho” (Iamamoto, 2007, p. 104).

Com esse direcionamento, ressalta-se que a discussão do presente texto é fruto de pesquisa bibliográfica e documental e encontra-se organizada em dois tópicos. O primeiro aborda o histórico da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e do *campus* de Paranavaí; o segundo apresenta o processo de desenvolvimento do curso de Serviço Social e da docência nesse âmbito, demonstrando a prevalência das mulheres nessa construção, como consequência da marca feminina na profissão desde a sua gênese.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR): UM PERCURSO EM CONSTRUÇÃO

Até o ano de 2013, os *campi*, que atualmente pertencem à Universidade Estadual do Paraná (Unespar), funcionavam como faculdades isoladas. Esse novo formato passou a exigir mudanças

na gestão, tanto no que se refere ao contexto mais amplo quanto ao que se remete a cada campus, demandando adequações, conforme as diretrizes da organização vigente.

Vale ressaltar que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), elaborado e aprovado ainda em 2012, ao contextualizar a inserção regional da Unespar, menciona as mudanças em curso na educação no século XXI.

Como instituição social com especificidade educativa, a escola do início do século XXI, diante das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, vem sendo convidada a repensar seu papel educativo peculiar, de modo a oferecer respostas às demandas originadas pelas mudanças tecnológicas. A característica marcante deste momento são as transformações técnico-científicas que desencadeiam aceleradas transformações sociais, diminuindo e/ou substituindo significativamente o trabalho humano. A revolução tecnológica atinge proporções mundiais, porém alcança de maneira diversa os países centrais e periféricos, impondo desafios de implementação de políticas econômicas e sociais, dentre elas as políticas educacionais, consideradas como essenciais à organização e estabilidade mundiais (Unespar, PPI, 2012, p. 3).

O documento enfatiza as interferências dos organismos multilaterais¹ que traçam políticas educacionais, visando ao atendimento de demandas capitalistas, entre as quais a cobrança de mensalidades e até a privatização das universidades públicas. Portanto, considera-se que o grupo envolvido com a construção do PPI tinha compreensão do contexto e conjuntura adversa em que se instalaria a Unespar.

Os organismos multilaterais vinculados ao capitalismo traçam políticas educacionais para os países pobres, visando atender às demandas do capitalismo nesse momento histórico, buscando a intelectualização do processo produtivo e a formação de consumidores (Libâneo, Oliveira e Toshi, 2007; Kuenzer, 2005; Galuch e Sforzi 2011). Além disso, preocupam-se com outros fatos impeditivos do crescimento do capitalismo mundial, tais como a exclusão, a segregação, a marginalização social das populações pobres, consideradas como ameaças à estabilidade e à ordem dos países ricos (Unespar, PPI, 2012, p. 4).

Para ter ideia da influência das agências multilaterais na educação, Chauí (2001), ao discutir a questão da autonomia universitária, esclarece que, no ano de 1996², o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) distribuiu um documento intitulado “Ensino Superior na América Latina e no Caribe. Um documento estratégico”.

Chauí chama a atenção para o termo estratégico, uma vez que este já coloca a perspectiva técnico-operacional, anunciando que a questão do Ensino Superior será tratada do ponto de vista da eficácia administrativa:

O banco deseja aplicar ao ensino superior os mesmos critérios que são válidos para todos os seus investimentos. Os financiamentos devem sustentar

¹ Entende-se por organismos multilaterais: Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Organização Mundial do Comércio (OMC); Organização das Nações Unidas (ONU); Organização da ONU para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (Unespar, PPI, 2012).

² Acredita-se que, não por acaso, ocorrências como essa aconteceram no mesmo ano da Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil.

atividades que façam sentido econômico, que gerem mais benefícios do que o mercado pode proporcionar, que correspondem a uma prioridade social e que não seriam promovidos por uma atuação isolada das forças do mercado. Outrossim, em uma área em que os gastos são extremamente elevados e em que os clientes mais imediatos pertencem às faixas mais alta da distribuição da renda, as considerações da justiça social são prioritárias. Por fim, os projetos que comportam em si um forte componente de reforma serão favorecidos pelo Banco na medida em que melhoram a eficiência, aumentam os benefícios e/ou melhoram o perfil da justiça social (Chauí, 2001, p. 198).

É possível constatar que o BID trata o Ensino Superior como todos os outros investimentos, ou seja, numa perspectiva administrativo-operacional.

Nesse sentido, Chauí (2001) argumenta que quem acompanha as propostas governamentais que compõem a reforma do Ensino Superior reconhece a existência das exigências do BID em tais propostas. Também ressalta a sintonia ideológica fina entre o pensamento do Banco e do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que seguem a mesma cartilha neoliberal de privatização do que é público e do mercado como destino fatal. A autora pondera que, se comparadas as propostas do documento do BID com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é possível verificar uma mudança no conceito de autonomia, pois, gradativamente, a universidade foi sendo transformada numa organização administrativa e administrada.

Iamamoto (2014) contribui com a discussão quando esclarece que, a partir da década de 1990, os diferentes organismos multilaterais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e União Europeia) buscavam um novo perfil para o Ensino Superior, que fosse centrado na formação por competência. De acordo com a autora, o Banco Mundial salientava o papel do conhecimento como principal motor para o desenvolvimento, acrescentando que havia a necessidade de “[...] favorecer os compromissos das instituições de ensino superior com a *inovação* para melhor responder ‘às necessidades da economia de mercado’.” (Iamamoto, 2014, p. 625).

A proposta do ensino superior por competência substitui o foco no conhecimento com valor maior em favor das capacidades instrumentais. A tendência é deslocar o centro de interesse dos conteúdos teóricos para outros de caráter instrumental, centrados na prática e no sistema produtivo, sensíveis às exigências do mercado. Para obter “maior eficiência com menor gasto público” preconiza-se a avaliação por competências: comunicação verbal e escrita, trabalho em equipe, criatividade, capacidade de pensamento visionário, recursividade e capacidade de ajuste à mudança (Banco Mundial, 2003 apud Iamamoto 2014, p. 626 - itálicos originais).

A universidade, segundo Chauí, é uma instituição social que realiza e exprime, de modo determinado, a sociedade a que pertence. Não como uma realidade separada, mas sim “[...] uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (Chauí, 2001, p. 35).

Nesse sentido, a educação superior brasileira deve ser analisada, segundo Lima (2012), “[...] a partir da apreensão do papel da universidade em um país capitalista dependente como o Brasil.” Por esse ângulo é necessário identificar “[...] o significado da universidade em um país notoriamente marcado pela histórica inserção capitalista, que é dependente na economia mundial, e pela heteronomia cultural a ela associada” (Lima, 2012, p.1).

Chauí (2001) esclarece que o contexto em que está inserida a universidade já é predeterminado e predefinido pela ideologia neoliberal. Essa constatação indica uma estranha amnésia

social e política nos sujeitos ligados, de alguma forma, a essa instituição, pois parece que esquecemos que, durante a ditadura, a classe dominante, com o pretexto de combater a subversão, mas na verdade servindo a uma de suas parcelas (os proprietários das escolas privadas), acabou por destruir a escola pública de primeiro e segundo graus. Fez isso porque, no Brasil, “educação é um privilégio e não direito do cidadão” (Chauí, 2001, p. 36).

O PPI da Unespar, em construção no ano de 2012, menciona as mudanças que vão sendo formatadas no contexto do capitalismo em processo de desregulamentação do capital, ou seja, traz o reconhecimento de que o século XXI tem, na reestruturação do capitalismo, sua base para as exigências que passam a ser demandadas pelo mercado.

Nesse contexto em que os documentos de conferências internacionais aliam as políticas educacionais com a manutenção da ordem capitalista; que há um processo de desregulamentação do mercado; de desmonte da economia nacional e de flexibilização dos processos de trabalho, cresce a demanda por qualificação do trabalhador com capacidades diferenciadas das até então exigidas – a Universidade precisa posicionar-se sobre o seu papel como formadora dos sujeitos que intervêm na sociedade (Unespar, PPI, 2012, p. 4).

A contextualização apresentada pelo documento inclui o argumento de que o Brasil se encontra nesse percurso e que o Estado é subsidiário das instituições particulares, mas que não pode deixar de desempenhar seu papel de organismo público, principalmente no que se refere à educação.

O Brasil tem adotado um sistema de ampliação do Ensino Superior por intermédio da subvenção pública de vagas nas universidades privadas e, desde os anos de 1990, o setor particular no Ensino Superior tem se ampliado em larga escala, muito mais que o setor público. Entretanto, a manutenção das funções do Estado nas áreas básicas, especialmente na manutenção de uma educação pública de qualidade como fator de desenvolvimento e crescimento econômico, necessariamente continua sendo uma luta constante da classe trabalhadora e de setores progressistas da sociedade. Embora hoje, na reconfiguração neoliberal, se permitam as parcerias com a sociedade civil e terceiro setor, o Estado continua possuindo um papel relevante na oferta de educação, sua manutenção e planejamento, como uma possibilidade de inserção na sociedade global e formação humana (Unespar, PPI, 2012, p. 4-5).

A contextualização do PPI é concluída ressaltando que é necessário não se deixar seduzir por esse contexto em que as inovações educacionais estão pautadas em compromissos econômicos e políticos que têm a formação como resposta às demandas do mercado. Ao contrário, indica-se que a formação humana permeada por conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos devem ser preconizados.

É indispensável que a escola não se deixe seduzir pelas inovações educacionais pautadas em compromissos econômicos e políticos de formação, determinados pelos interesses de mercado, sobrepondo-se ao comprometimento com a formação de sujeitos. Ou seja, à universidade cabe oferecer conhecimentos e métodos que permitam reconhecer, no cotidiano, elementos que possam ser lidos e transformados a partir do referencial teórico apropriado no ambiente educacional formal, de forma que essa aprendizagem não seja apenas para o

avanço acadêmico, e sim presente relação com o mundo vivido (Duarte, 1999; Gentili & Silva, 2001; Sforzi, 2004) (Unespar, PPI, 2012, p. 5).

É possível perceber que o processo de constituição da Unespar teve sua construção com base na desregulamentação do mercado e nas mudanças ocorridas no contexto do Estado e da política educacional.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente, PDI 2012-2016, a Unespar é organizada a partir da integração das Faculdades Estaduais: Faculdade de Artes do Paraná (FAP), Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM); Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA); Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (FAFIPA); Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR); Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV); Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP) e Academia Policial Militar do Guatupê – APMG³.

O texto do PDI (2023-2027) apresenta que a Unespar, além de contar com estudantes de todos os municípios que abarcam as seis grandes regiões citadas, também recebe estudantes de outras regiões e de outros estados, concretizando-se como uma universidade pública estadual de abrangência nacional, que contribui com o processo de democratização de acesso ao nível superior.

De acordo com o PDI, os cursos de graduação atualmente ofertados pela Unespar foram agrupados em áreas do conhecimento, tendo como referência a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e da Educação, Ciências da Saúde e Ciências Exatas e Biológicas, com adequações ao processo administrativo de cada campus, com aproximadamente 81 cursos de graduação (Unespar, 2023).

Até o início do processo de estruturação da Unespar, ocorreram várias discussões políticas e deliberações, que foram veiculadas na imprensa, em âmbito do Estado do Paraná e nos diferentes municípios cujas faculdades passaram a integrar a organização que se instalou. Nesse período, houve uma disputa política entre as universidades de Curitiba, Campo Mourão e Paranavaí, no que se refere ao local para instalação da sede da Unespar. Ao final de intensas negociações, dissensos e consensos, deliberou-se pela instalação da sede no campus da cidade de Paranavaí, conforme mencionado anteriormente (Marques, 2015).

Informações constantes no *site* da instituição dão conta que a Unespar passou a ter sua composição conforme descrito anteriormente. Ressalta-se que, a partir do Decreto Estadual n. 9.538, de 05 de dezembro de 2013, foi incluída na organização a Escola Superior de Segurança Pública, da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada à estrutura acadêmica. Tal unidade é constituída pelo campus de São José dos Pinhais, com um Centro de Áreas de Ciências Sociais Aplicadas (Marques, 2015).

No que se refere à gestão da Unespar, conforme o PDI, ela é realizada pelos órgãos deliberativos e consultivos em todos os níveis de sua administração. A Universidade vem se organizando gradativamente, de forma que suas estruturas deliberativas se constituem de órgãos colegiados, com a participação dos setores da comunidade universitária nas instâncias de deliberação de políticas gerais ou de seus *campi*. Nesse sentido, a gestão da Unespar conta com representação da comunidade externa, respeitando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, no Art. 56, parágrafo único, e de seu Estatuto, que preservam a representação docente

³ A Academia Policial Militar do Guatupê (APMG) foi incluída na organização, mas não é considerada uma Universidade como as demais; por isso, a organização da Unespar é composta por sete campus, mais a academia citada.

mínima de 70% em seus órgãos colegiados. Sendo assim, a estrutura administrativa encontra-se organizada em Administração Superior e Órgãos Consultivos e Deliberativos, representados por meio de conselhos próprios:

Conselho Universitário (COU) - Órgão deliberativo e normativo máximo da Universidade Estadual do Paraná, responsável pela definição das diretrizes da política universitária, pela sua execução e pela avaliação dos seus resultados, bem como responsável também pela prestação de contas à comunidade e aos órgãos governamentais (PDI, 2012, p. 74).

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) - As principais atribuições deste colegiado são as de funcionar como órgão consultivo e deliberativo, em relação às políticas de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura, em todos os seus níveis e modalidades (PDI, 2012, p. 74).

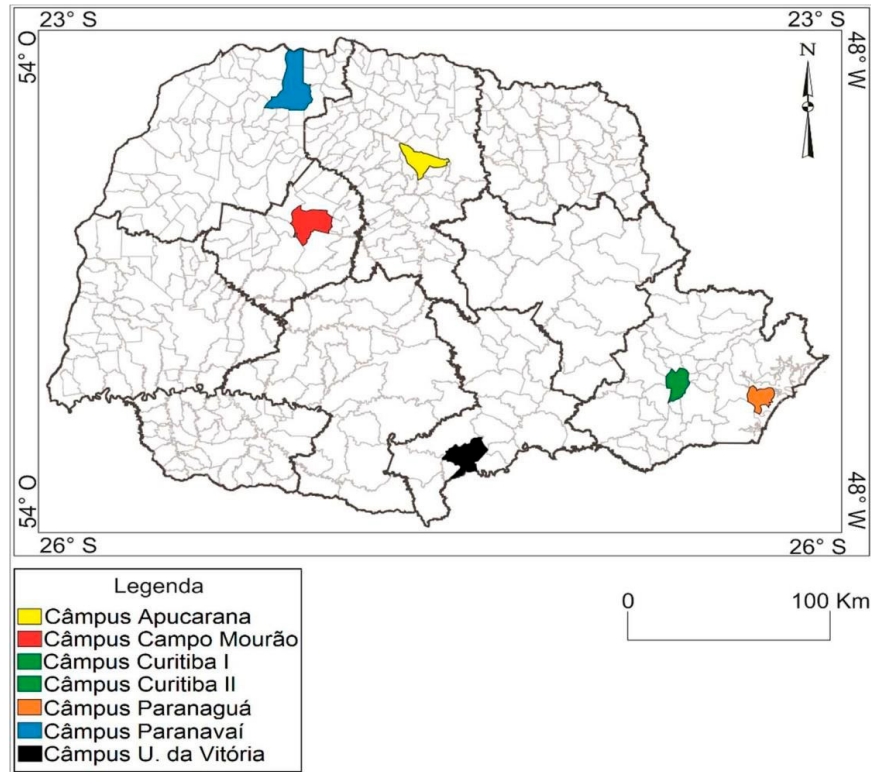
Conselho de Planejamento, Administração e Finanças (CAD) - Colegiado deliberativo e consultivo, responsável pelo planejamento e acompanhamento global das ações universitárias, como também pelas políticas administrativas, financeiras e de pessoal (PDI, 2012, p. 74).

A estrutura administrativa (gestão) própria da Instituição é constituída por Direção Superior, Direção Intermediária, Direção de Centros e Áreas e Coordenações dos Cursos.

Dados publicados no *site* oficial da Universidade evidenciam que a Unespar é uma instituição de ensino superior pública e gratuita; com sua sede (prédio da Reitoria) organizada no Município de Paranavaí. Informações do site deixam claro que a Unespar foi criada pela Lei Estadual n. 13.283, de 25 de outubro de 2001, a qual foi alterada pelas Leis Estaduais n. 13.385, de 21 de dezembro de 2001; n. 15.300, de 28 de setembro de 2006; n. 17.590, de 12 de junho de 2013. É vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior (SETI), por meio da qual tem seu orçamento próprio. Tem seu Estatuto aprovado pela Resolução/SETI n. 100/13, de 21 de novembro de 2013, que homologou o Parecer CEE/CES n. 56/13, do Conselho Estadual de Educação.

A Unespar abrange seis grandes regiões do Estado do Paraná: Paranavaí, que atende a 29 municípios, com uma população de 263.088 habitantes; Campo Mourão, que abrange 25 municípios e conta com 323.304 habitantes; Apucarana, que congrega nove municípios e 285.476 habitantes; União da Vitória, que abarca sete municípios, com 121.658 habitantes; Região Metropolitana de Curitiba, com 26 municípios e 3.168.980 habitantes; Paranaguá e região litorânea, com sete municípios e 256.933 habitantes. No mapa a seguir indicamos a abrangência que tal instituição possui no estado.

Figura 1: Localização dos *campi* da Unespar nas mesorregiões do Paraná



Fonte: IBGE, Base Cartográfica; SEMA (2014). Org. por Fernando H. Villwock.

Atualmente, a Unidade de Formação Acadêmica do campus de Paranavaí-PR possui três centros que concentram três grandes áreas: Centro de Ciências Humanas e da Educação, que reúne os cursos de História, Pedagogia, Letras, Geografia, Matemática e Ciências Biológicas; Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que comporta os cursos de Ciências Contábeis, Administração, Serviço Social e Direito; Centro de Ciências da Saúde, que abarca os cursos de Enfermagem e Educação Física.

O Curso de Serviço Social da Unespar - *Campus* de Paranavaí

De acordo com Marques (2015), o Curso de Serviço Social da Unespar – campus de Paranavaí teve sua autorização de funcionamento pelo parecer do CEE n. 466, de 09 de novembro de 2001, quando a instituição ainda se denominava Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa). Foi homologado pela Resolução n. 017 da SETI, de 19 de março de 2002 e pelo Decreto n. 5.629, de 30 de abril de 2002, durante a gestão de Jaime Lerner (PFL) - Governador do Estado do Paraná.

Antes disso, foi elaborada uma carta-consulta pela direção da Fafipa, no ano de 2000, que fez parte do Processo n. 618. De acordo com referido processo, “[...] a principal argumentação apresentada na justificativa para a criação do curso assentou-se na carência de profissionais na região [...]” (Marques, 2015). O documento apresenta outros argumentos para a criação do curso de Serviço Social, como demonstrado a seguir:

A implantação do Curso de Serviço Social na FAFIPA irá atender aspirações das lideranças políticas e apostar no campo da prevenção, nomeadamente em

áreas como educação, saúde, habitação, justiça e segurança social. O profissional atuará no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho, dotado de formação intelectual e cultural generalista, crítica, competente e com capacidade de inserção criativa e propositiva. No Norte e Noroeste e Oeste do Estado do Paraná, as universidades estaduais públicas que ofertam o curso pretendido são a UEL e a UNIOESTE, as quais distam até mais de 200 km do município de Paranavaí (Processo 618/2000, apud Marques, 2015).

De acordo com Marques (2015), os registros demonstram as dificuldades enfrentadas no processo de estruturação do referido curso que, até 2006, funcionou com um número reduzido de professoras (todas do sexo feminino), em regime de contrato temporário. O Quadro 1 apresenta esses dados, obtidos a partir do relatório de verificação e parecer sobre solicitação de reconhecimento do Curso de Serviço Social da Fafipa, em 27 de dezembro de 2005:

Quadro 1. Professoras do Curso de Serviço Social da Fafipa de 2002 a 2006.

Professoras	Início do contrato	Término do contrato
Professora I	01/03/2002	31/01/2004
Professora II	01/03/2002	31/01/2004
Professora III	01/04/2003	27/02/2004
Professora IV	01/04/2003	30/03/2005
Professora V	01/05/2004	31/07/2005
Professora VI	01/05/2004	29/04/2006
Professora VII	05/04/2005	04/04/2006
Professora VIII	01/09/2005	30/04/2006
Professora IX	05/04/2005	04/04/2006
Professora X	01/08/2005	31/07/2006
Professora XI	01/09/2005	30/04/2006
Professora XII	05/04/2005	04/04/2006
Professora XIII	05/04/2005	04/04/2006
Professora XIV	05/04/2005	04/04/2006

Fonte: Elaborado pelas autoras e pelo autor, com base nos dados do relatório de verificação e parecer sobre solicitação de reconhecimento do Curso de Serviço Social (FAFIPA, 2005).

Os dados evidenciam que, no ano de 2002, o curso funcionou com apenas duas professoras da área e, nos anos de 2003 e 2004, com três professoras contratadas na modalidade de contrato em regime especial (CRES). Nos anos seguintes, de 2005 a 2006, ocorreu um aumento no número para oito professoras, todas na modalidade de contratos temporários.

De acordo com Marques (2015), para que houvesse o reconhecimento do curso, em 2005, o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia do Ensino Superior indicou uma perita para analisar o currículo vigente. Após a visita ao local, realizada nos dias 13 e 14 de dezembro de 2005, e análise da documentação do curso, elaborou-se um relatório com informações específicas e recomendações para adequação da proposta pedagógica. Segundo o relatório, em resposta às adequações recomendadas, ocorreu um processo de discussões que envolveram um grupo de trabalho formado pelo corpo docente, representantes discentes e uma comissão de assessoria técnica educacional, culminando em uma nova matriz curricular para o curso. Assim, o Diretor

da Instituição à época, por meio do Ofício n. 029, de 30 de maio de 2006, encaminhou a Proposta Pedagógica para o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná (CEE).

Tendo em vista todos os trâmites no período, o curso de Serviço Social, da então Fafipa, só foi reconhecido no ano de 2006, por meio do Decreto n. 6.897, de 11 de julho de 2006, assinado pelo Governador Roberto Requião (PMDB). O referido Decreto menciona o Parecer n. 189 de 2006, do Conselho Estadual da Educação do Paraná, que levou ao reconhecimento do Curso. A matriz curricular, elaborada pelo grupo de trabalho acima mencionado, foi implantada no ano de 2007 (Marques, 2015).

Sendo assim, o Curso teve a renovação do reconhecimento por meio do Parecer n. 104 do Conselho Estadual da Educação, em 03 de agosto de 2011, e pelo Decreto n. 4.789, de 30 de maio de 2012, emitido durante a gestão do Governador do Estado no Paraná, Beto Richa (Marques, 2015).

De acordo com o processo n. 418 de 2006, do Conselho Estadual de Educação, como resultado das adequações que se processaram em 2006, realizou-se, no mesmo ano, o primeiro concurso público na instituição, com o resultado homologado por meio de portaria específica. Foram nomeadas cinco professoras efetivas para assumir a docência no Curso de Serviço Social.

Dois anos depois, em 2008, ocorreu novo concurso público, em que foram nomeadas mais duas professoras efetivas. Após três anos, em 2011, ocorreu o terceiro concurso público, em que foram aprovadas mais cinco professoras. Em um primeiro momento, assumiu somente uma professora, por meio do Decreto n. 6.298, de 25 de outubro de 2012 (Paraná, 2012). Dois anos após o concurso, foram nomeadas mais três professoras por meio do Decreto n. 9.700, de dezembro de 2013. Somente em 2014, por meio do Decreto n. 12.286, de 29 de setembro de 2014, foi nomeada a última professora aprovada no concurso realizado em 2011 e, nesse contexto, o corpo docente do curso de Serviço Social do *Campus* de Paranavaí estava composto exclusivamente por mulheres, sendo nove efetivas e uma na modalidade de contrato em regime especial (CRES) (Marques, 2015).

O Quadro 2 apresenta a formação do corpo docente do curso de Serviço Social após a realização dos concursos públicos já mencionados:

Quadro 2. Docentes do Curso de Serviço Social da Unespar - *Campus* Paranavaí, no ano de 2014

Nome	Titulação	Efetiva ou Contrato CRESS
Professora I	Doutoranda	Efetiva
Professora II	Mestre	Efetiva
Professora III	Mestre	Efetiva
Professora IV	Doutoranda	Efetiva
Professora V	Doutoranda	Efetiva
Professora VI	Mestre	Efetiva
Professora VII	Doutoranda	Efetiva
Professora VIII	Mestre	Efetiva
Professora IX	Mestre	Efetiva
Professora X	Mestre	Contratada

Fonte: Elaborado pelas autoras e pelo autor, com base nos dados fornecidos pela Unespar.

De 2014 aos dias atuais, alterou-se a cada ano letivo o corpo de docentes contratados(as). Mas, o quantitativo de professoras efetivas permaneceu, alterando somente o grau de qualificação, conforme demonstrado no Quadro 3:

Quadro 3. Docentes do Curso de Serviço Social da Unespar - *Campus* Paranavaí, no ano de 2023

Nome	Titulação	Efetiva ou Contrato CRESS
Professora I	Doutora	Efetiva
Professora II	Doutora	Efetiva
Professora III	Doutora	Efetiva
Professora IV	Doutora	Efetiva
Professora V	Doutora	Efetiva
Professora VI	Doutora	Efetiva
Professora VII	Doutora	Efetiva
Professora VIII	Doutoranda	Efetiva
Professor IX	Doutorando	Contratado

Fonte: Elaborado pelas autoras e autor, com base nos dados fornecidos pela Unespar.

No ano de 2023, o quadro de docentes do curso conta com oito professoras efetivas e somente um docente contratado, o que evidencia a tendência da marca feminina na profissão, incluindo na docência.

A docência no Curso de Serviço Social da Unespar - *campus* de Paranavaí: reflexo da profissão em âmbito nacional

Vale ressaltar que a docência no Curso de Serviço Social da Unespar - *Campus* de Paranavaí é reflexo da profissão do Serviço Social, que segundo Iamamoto (2009), possui, hoje, um contingente profissional proveniente de segmentos médios pauperizados da sociedade, com um nítido recorte de gênero - uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres.

A condição feminina é um dos selos da identidade dessa profissão, atribuída e formada pela ideologia burguesa que marca fundamentalmente o Serviço Social como uma profissão composta por mulheres. Desde sua gênese até hoje, a composição da força de trabalho dos(as) assistentes sociais é eminentemente feminina. Essa predominância na profissão do Serviço Social em suas origens está diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino: perfil de docilidade, fragilidade, cuidado e harmonia, intencionalmente construído por sociedades historicamente patriarcais, para facilitar o apassivamento, a manutenção do controle e a submissão (Cisne, 2012).

Essas características funcionais, durante a institucionalização da profissão no Brasil - a partir da década de 1930, passam a ter um significado social reconhecido pelo Estado, sobretudo para ajuda e controle social frente ao quadro de urbanização, agudização dos conflitos capital x trabalho, presentes no cenário brasileiro daquela época. Hoje, apesar dos processos de rupturas (ou tentativas), registrados no Serviço Social, a imagem atribuída à profissão, não raras vezes, ainda carrega essa característica, seja por aqueles que procuram e ingressam na profissão, seja pelos que empreendem abertura de vagas para contratação de assistentes sociais.

Quiçá seja por isso que, ainda, os espaços ocupacionais, entre eles a docência, tenham composição majoritariamente feminina. Dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), no ano de 2005, evidenciam que o quadro funcional do Serviço Social brasileiro tem composição de 97% de perfil feminino e de apenas 3% para trabalhadores do sexo masculino. Em pesquisa mais recente, realizada também pelo CFESS, temos que “[...] do universo total pesquisado, 41.083

profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. ‘Outras expressões de Gênero’ diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais” (CFESS, 2022, p. 23).

Todavia, concordando com Cisne (2012), “[...] não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino” (Cisne, 2012, p. 22). É necessário ter claro que a criação da profissão está ligada diretamente aos apelos do sistema capitalista, mas tem raízes na cultura burguesa católica e assistencialista. Essa influência fez e ainda faz emergir um contingente de profissionais predominantemente do gênero feminino, mesmo atualmente.

É importante salientar, ainda, que as mudanças processadas desde 1970 ocorrem no âmbito do sistema denominado por Cisne (2012) de racista-patriarcal-capitalista, que opera diretamente no aprofundamento das desigualdades de classe, gênero, raça e etnia e, obviamente, nas relações sociais, na divisão social e sexual do trabalho e na divisão do saber e do poder entre homens e mulheres, atingindo, portanto, a docência na área do Serviço Social. É nesse sentido que considerar esses diferentes marcadores (classe, raça/etnia, gênero) tem um papel epistêmico e político para compreensão da sociabilidade, pois é preciso articular tais lutas. Se as opressões se combinam, as lutas contrárias às opressões precisam se combinar também.

Entende-se que o trabalho docente nessa área, permeado por todas essas variáveis, acaba por reforçar a ideologia patriarcal capitalista, pois, embora muito se discuta a exploração capitalista nos cursos de Serviço Social, não existe a obrigatoriedade da abordagem sobre as questões de gênero e sobre a opressão patriarcal, as quais também são vigentes.

De acordo com Lima (2014), o enfoque sobre as desigualdades entre homens e mulheres adquiriu certa relevância nas Diretrizes Curriculares (DCs) para os cursos de Serviço Social, as quais foram aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 1996. A partir de então, passou a ser considerado que tais discussões deveriam perpassar a formação profissional⁴.

Em concordância com Lima (2014), é possível ressaltar que discussões relacionadas à questão de gênero, bem como de classe, raça/etnia e orientação sexual precisam ser incorporadas efetivamente ao processo de formação profissional. Cabe mencionar Lima (2014) quando afirma que:

[...] o Serviço Social – como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual – precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeira centralidade no processo de formação profissional (Lima, 2014, p. 55).

Compreende-se que esse direcionamento precisa ser incorporado, de fato, por organizações como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPPS), pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (Conjunto CFESS/CRESS), por outras associações que representam a profissão, pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço

⁴ O projeto de formação profissional do Serviço Social, elaborado pela ABEPSS em 1996 e revisto em 1999, expressa-se, segundo Moreira e Caputi (2016, p. 98), como “sustentáculo ético e político para a Formação Profissional na perspectiva de intenção de ruptura, tendo como referência a teoria social de Marx [...]”. A adoção de uma teoria social crítica permite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade e, da mesma forma, estabelece as dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condições da formação profissional.

Social (ENESSO) e Movimentos Estudantis de base, bem como passar a fazer parte dos Currículos Plenos em cada Instituição, nas quais o curso encontra-se em funcionamento.

Deve-se ter claro que nem mesmo essas medidas garantiriam um processo de formação profissional que, efetivamente, incorporasse questões como classe social, raça/etnia, gênero, diversidade sexual e outros, principalmente, porque não se sabe exatamente o perfil político-ideológico de todos os professores e professoras da área. Além disso, existem muitos cursos em funcionamento nas universidades privadas e a distância, o que poderia pulverizar ainda mais as discussões fundamentais, porque essas instituições precisam atender prontamente ao mercado educacional em curso e, por vezes, não possuem pesquisa e extensão como eixos centrais da formação.

Acredita-se, todavia, que com a incorporação nos currículos, tais discussões passariam a ser obrigatórias e, em algum momento da formação profissional, seriam abordadas. Assim, a questão da divisão sexual do trabalho e suas expressões na profissão e no trabalho docente em Serviço Social passariam a ser compreendidas com mais densidade, para que houvesse maiores possibilidades de se pensar ferramentas que contribuíssem para o enfrentamento das desigualdades presentes nas relações sociais entre homens e mulheres, e de classe, raça e etnia no contexto da profissão e fora dela.

Em 2022, em razão do dia nacional do(a) Assistente Social, comemorado em 15 de maio, estabeleceu-se o lema “Em defesa das liberdades democráticas. Trabalhadoras do Brasil: somos e lutamos com elas”, como forma de valorização da categoria majoritariamente feminina no país. Na divulgação da campanha, o CFESS reiterou dados do contingente feminino na profissão ao retratar que o país “[...] possui mais de 200 mil profissionais, sendo a grande maioria (90%) composta por mulheres em sua diversidade: negras, indígenas, brancas, quilombolas, periféricas, com deficiências, lésbicas, bissexuais, cis e trans, das cidades e do campo” (CFESS, 2022).

Em consonância às diretrizes do CFESS, no ano de 2022, o Curso de Serviço Social da Unespar - *Campus Paranavaí*, realizou discussões sobre questões de gênero e sexualidade. A VII Jornada de Serviço Social, promovida pelo referido campus, teve como pauta principal o tema proposto pelo conjunto CFESS/CRESS, como forma de pautar demandas da profissão, conectadas às temáticas trazidas por organizações da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada evidência que as expressões da marca feminina na profissão e na docência nos Cursos de Serviço Social são frutos reais da contradição capital/trabalho, e que é preciso reconhecer que esse fenômeno tem raízes profundas no sistema patriarcal. Portanto, é resultado também da dominação hegemonicamente masculina como forma de expressão da sociedade.

Esse sistema de dominação patriarcal e de exploração capitalista, disseminou a desigualdade entre homens e mulheres, que gerou e gera relações de poder que são legitimadas e continuadas pela sociedade, com reflexo em diferentes âmbitos, incluindo a educação e, conseqüentemente, a universidade e o trabalho docente.

No trabalho docente no curso de Serviço Social da Unespar - *campus Paranavaí*, as expressões da marca feminina na profissão estão, particularmente, presentes. É possível concluir que tais expressões operam concretamente nas relações estabelecidas na universidade e no trabalho docente. Compreende-se, então, que somente por meio de projetos coletivos, que sejam organicamente

pensados e refletidos, poder-se-á encontrar alternativas para, de fato, contrapor-se ao projeto capitalista/patriarcal vigente na sociedade.

Ainda, no sentido de apontar perspectivas de futuro em relação ao exposto por meio do estudo apresentado, é possível considerar que a marca feminina da docência pode contribuir com enfrentamentos coletivos em relação ao sistema vigente, pensando no processo de formação da profissão de Serviço Social, que se propõe analítica e propositiva eticamente, politicamente, teoricamente, metodologicamente e na dimensão técnica e operativa. Portanto, o processo formativo precisa estar consonante e afinado às lutas sociais da profissão para que seja rigoroso e direcionado à igualdade de gênero e demais lutas por justiça social.

REFERÊNCIAS

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Editora outras expressões, 2012.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: editora UNESP, 2001.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.) **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, DF: CFESS, 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em 18 jan. 2020.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Dia do/a Assistente Social 2022**. CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/dia-doa-assistente-social>. Acesso em set. 2020.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil**: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em outubro de 2023.

FAFIPA - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAÍ. **Relatório de verificação e parecer sobre solicitação de reconhecimento do Curso de Serviço Social da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí (Fafipa)**. 27 de dezembro de 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.

LIMA, K. Expansão da Educação Superior Brasileira na Primeira Década do Novo Século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Teixeira de Almeida. (Orgs); coordenadoras da série: Valéria Forti, Yolanda Guerra. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

LIMA, R. de L. de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, janeiro/março, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwkJYMjNTsc/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2023.

MARQUES, M. I. B. **Divisão sexual do trabalho e suas expressões**: reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, T. W. F.; CAPUTI, L. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os valores éticos e políticos para a formação profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, v. 16, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14006>. Acesso em: mai. 2022.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Pedido de reconhecimento do curso de Bacharel em Serviço Social e adequação da proposta pedagógica às Diretrizes Curriculares Nacionais**. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Pareceres%202006/pa_189_06.pdf. Acesso em: jan. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. Elaborado pelo Grupo de Trabalho de Redação do PDI-UNESPAR. (Designado pela Resolução nº 093/2011-GS/SETI).

UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. **Projeto Político Institucional (PPI)**. Aprovado pelo Conselho Universitário Provisório em 21 de maio de 2012. Disponível em: https://www.unespar.edu.br/a_unespar/institucional/documentos_institucionais/projeto-politico-institucional-2012. Acesso em: jun. 2022.

Universidade Estadual do Paraná (2022). Pró-Reitoria de Planejamento. **PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional: 2023- 2027**. Conforme Deliberação 06/2020 - CEE/PR/ Coordenação e elaboração: Comissão do PDI, Reitoria e Pró-Reitoria de Planejamento. Paranaíba: UNESPAR, 2022.

Universidade Estadual do Paraná (2022). **Cursos**. Disponível em: <https://prograd.unespar.edu.br/assuntos/graduacao/cursos>. Acesso em: out. 2023.